

PERSPECTIVAS EM SEGURANÇA PÚBLICA PELA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE BELÉM/PA

PERSPECTIVES ON PUBLIC SECURITY AMONG THE HOMELESS POPULATION IN THE CITY OF BELÉM/PA

PERSPECTIVAS EN SEGURIDAD PÚBLICA DESDE LA POBLACIÓN EN SITUACIÓN DE CALLE EN LA CIUDAD DE BELÉM/PA

Jorge Fabricio dos Santos¹
Carlos Stilianidi Garcia²
Wando Dias Miranda³
Roberto Magno Reis Netto⁴
Rodrigo Martins do Vale⁵
Itamar Rogério Pereira Gaudêncio⁶
Frederico Silva das Mercês⁷
Luiz Carlos Soares da Silva⁸
Thalita Mayan esquerdo Andrade⁹
Jonas Alencar de Souza¹⁰

RESUMO: As condições desfavoráveis a que estão sujeitas as populações em situação de rua no município de Belém, estado do Pará, requerem serviços que priorizem ações protetivas, bem como que diminuam atos ilícitos praticados por essas pessoas. Assim, pergunta-se: Como a população em situação de rua estabelecida em Belém atendida pelas instituições do SIEDS percebe a sua relação com a segurança pública? Objetiva-se neste estudo, analisar a percepção da população em situação de rua que está nos logradouros públicos de Belém, a qual é atendida pelos órgãos do Sistema Integrado de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS). Foi utilizada metodologia baseada em um pesquisa quanti-qualitativa, exploratória e aplicada, com coleta de dados bibliográficos e documentais e realização de pesquisa de campo com a população em situação de rua no município de Belém, sendo aplicadas a análise de conteúdo e estatística descritiva ao fenômeno social. Como principais resultados, demonstrou-se que a população de rua estudada está sob vulnerabilidade social, com evidência de atos violentos praticados e sofridos por este grupo social, bem como a percepção negativa dos serviços prestados pelas instituições de segurança pública. Ao final, verifica-se que o sistema de segurança pública e demais organizações que atendem ao referido grupo vulnerável devem desenvolver mecanismos de melhoria dos atendimentos dispensados, a fim de mitigar as lesões aos direitos básicos destas pessoas, sendo necessário também que sejam articuladas políticas de proteção e novos estudos sobre o tema para auxiliar a tomada de decisão do poder público.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social. Atendimento. Proteção.

¹ Doutorando em Ciências de Desenvolvimento Socioambiental e Mestre em Segurança Pública na Universidade Federal do Pará.

² Doutorando em Ciências de Desenvolvimento Socioambiental e Mestre em Segurança Pública na Universidade Federal do Pará.

³ Doutor em Ciências de Desenvolvimento Socioambiental na Universidade Federal do Pará.

⁴ Doutor em Geografia na Universidade Federal do Pará.

⁵ Mestre em Segurança Pública na Universidade Federal do Pará.

⁶ Doutor em História na Universidade Federal do Pará.

⁷ Mestre em Segurança Pública na Universidade Federal do Pará.

⁸ Mestre em Ensino da Matemática pela Universidade do Estado do Pará.

⁹ Bacharela em Serviço Social na Universidade Federal do Pará.

¹⁰ Mestrando em Educação no Estratégico Sistema Educacional.

ABSTRACT: The unfavorable conditions to which homeless populations in the municipality of Belém, in the state of Pará, are subjected require services that prioritize protective actions, as well as measures aimed at reducing illicit acts committed by these individuals. Thus, the following question is raised: how does the homeless population living in Belém and assisted by institutions of the Integrated System of Public Security and Social Defense (SIEDS) perceive its relationship with public security? This study aims to analyze the perceptions of the homeless population occupying public spaces in Belém who are assisted by agencies of the Integrated System of Public Security and Social Defense (SIEDS). A quantitative-qualitative, exploratory, and applied research methodology was employed, with bibliographic and documentary data collection and field research conducted with the homeless population in the municipality of Belém. Content analysis and descriptive statistics were applied to the social phenomenon under study. The main results show that the homeless population studied is under conditions of social vulnerability, with evidence of violent acts both committed and suffered by this social group, as well as a negative perception of the services provided by public security institutions. In conclusion, it is observed that the public security system and other organizations assisting this vulnerable group must develop mechanisms to improve the services provided in order to mitigate violations of their basic rights. It is also necessary to articulate protective policies and promote further studies on the topic to support public decision-making.

Keywords: Social Vulnerability. Assistance. Protection.

RESUMEN: Las condiciones desfavorables a las que están sujetas las poblaciones en situación de calle en el municipio de Belém, estado de Pará, requieren servicios que prioricen acciones de protección, así como que reduzcan los actos ilícitos practicados por estas personas. Así, se plantea la siguiente pregunta: ¿Cómo la población en situación de calle establecida en Belém, atendida por las instituciones del SIEDS, percibe su relación con la seguridad pública? El objetivo de este estudio es analizar la percepción de la población en situación de calle que se encuentra en los espacios públicos de Belém y que es atendida por los órganos del Sistema Integrado de Seguridad Pública y Defensa Social (SIEDS). Se utilizó una metodología basada en una investigación cuantitativa-cualitativa, de carácter exploratorio y aplicado, con recolección de datos bibliográficos y documentales, así como la realización de trabajo de campo con la población en situación de calle en el municipio de Belém, aplicándose el análisis de contenido y la estadística descriptiva al fenómeno social. Como principales resultados, se demostró que la población en situación de calle estudiada se encuentra en condición de vulnerabilidad social, con evidencia de actos violentos tanto cometidos como sufridos por este grupo social, así como una percepción negativa de los servicios prestados por las instituciones de seguridad pública. Finalmente, se verifica que el sistema de seguridad pública y demás organizaciones que atienden a este grupo vulnerable deben desarrollar mecanismos para mejorar la atención brindada, a fin de mitigar las vulneraciones a los derechos básicos de estas personas. Asimismo, es necesario articular políticas de protección y promover nuevos estudios sobre el tema que contribuyan a la toma de decisiones del poder público.

Palabras clave: Vulnerabilidad social. Atención. Protección.

I INTRODUÇÃO

A segurança fornecida pela Polícia Militar do Pará enfoca todas as comunidades, principalmente aquelas consideradas mais vulneradas social, sujeitas às violências, mas também podendo cometer ilícitos penais, como as populações em situação de rua nas cidades paraenses.

Neste sentido, o Município de Belém, conforme dados do Relatório do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania de 2022, a Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA) registrou 18.122 atendimentos realizados pelos Centros POP, os quais possuem 4 equipes empenhados em fazer o acolhimento e encaminhamento de pessoas em situação de rua para entidades e serviços

públicos que possam resolver ou mesmo mitigar as condições extremas que vivenciam na capital do Estado do Pará, que por vezes se relacionam a crimes.

Com a vigência do Plano de Atuação Integrada TERPAZ/PM (PARÁ, 2021), aliado ao Plano Estratégico da Polícia Militar do Pará - PMPA (PARÁ, 2015) e do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (PARÁ, 2022), as unidades que estão sediadas em territórios com graves problemas de segurança pública devem envidar esforços com finalidade de debelar fatores condicionante de violência e criminalidade, atuando forma integrada com outros órgãos e entidades do sistema de segurança públicas e outras entidades públicas.

De modo que os registros de populações em situação de rua em Belém, em especial nos logradouros públicos dos bairros centrais da cidade, sendo estas regiões atendidas pelos órgãos integrantes do SIEDS, em especial a PMPA, os quais desenvolvem os processos de prevenção policial, repressão qualificada e defesa social (PARÁ, 2022).

Assim foi estabelecimento como problema da pesquisa: Como a população em situação de rua que está nos logradouros públicos de Belém atendida pelas unidades das instituições do SIEDS percebe a sua relação com a segurança pública?

Depreende-se do problema citado ao norte, o objetivo geral: Analisar a percepção da população em situação de rua que está nos logradouros públicos de Belém, a qual é atendida pelos órgãos do sistema de segurança pública e defesa social, sendo materializado pelos objetivos específicos: a) Apresentar o referência normativa e teórica acerca da população em situação de rua no Brasil; b) Descrever os estudos acerca da atividades estatais relativas à população em situação de rua, em especial pelo sistema de segurança pública em Belém, estado do Pará; c) Demonstrar os resultados da pesquisa de campo realizada junto a população em situação de rua na cidade de Belém/PA.

Para a correta realização dos processos da pesquisa, foram estipuladas as seguintes questões norteadoras: Quais os fundamentos normativos e teóricos com relação à população em situação de rua no Brasil? Como as pesquisas apresentam a dinâmica da segurança pública à população em situação de rua no município de Belém, estado do Pará? Quais as percepções da população em situação de rua dos logradouros públicos em Belém/PA quanto à segurança pública?

Este artigo justifica-se pela relevância institucional, uma vez que com sua realização o SIEDS pode compreender as características do grupo a ser atendido, seja em condições de autores de delito, sejam como vítimas tanto de crimes como de outros atos violentos, podendo assim adotar processos e procedimentos mais adequados a atender esta população.

Com relação a pertinência social, compreende-se que com a concretização desse estudo será possível indicar melhorias nas instituições e torná-las mais eficientes na prevenção de ilícitos contra a população de rua em Belém, realizando também serviços que conduzam adequadamente os eventos criminais em que os integrantes desse grupo social venham a cometer, o que favorecerá a proteção de direitos fundamentais inalienáveis, como a vida e as integridades física e psicológica dessas pessoas.

Entende-se ainda a importância acadêmica dessa pesquisa, na medida em que há certa produção diminuta de estudos quanto ao tema vinculado à segurança pública e as atividades dos sistemas de segurança pública, principalmente nos grandes centros urbanos das unidades federativas da Região Amazônica, de modo que o presente artigo poderá contribuir para o meio científico auxiliando e incentivando outros pesquisadores a empreender estudos na temática.

De outro modo, o interesse pela construção desta pesquisa, além das relevâncias mencionadas, decorre dos trabalhos exercidos pelos pesquisadores, sejam como profissionais de segurança pública, seja como docentes de cursos da área de segurança pública, bem como decorre da inquietação presente nos pesquisadores quando da clara percepção do problema social envolvido no tema, que não se resume ao enfrentamento policial, por isso sendo imprescindível que sejam conhecidas as condições em que a população em situação de rua encontra-se para indicar possíveis meios de solução de sua vulnerabilidade.

4

Importante destacar que o presente estudo está de acordo com finalidades da Política Nacional para a População em Situação de Rua, uma vez que esta incentiva tanto a produção de pesquisas, quanto à divulgação dos resultados relativos a este grupo socialmente vulnerável (BRASIL, 2009).

2 MÉTODOS

A pesquisa em tela definiu, quanto a finalidade do estudo, uma pesquisa aplicada, uma vez que foi elaborada uma análise da percepção de aspectos de segurança pública por integrantes da população em situação de rua em bairros centrais na cidade de Belém/PA, a fim de compreender as formas de atuação e providenciar sugestões para resolução deste problema (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Nesta mesma toada, no que concerne aos objetivos pretendidos, foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva, com apresentação ampla do problema e enumeração de variáveis da percepção das pessoas em situação de rua quanto à segurança pública (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Com relação à natureza do estudo, foi realizada uma pesquisa mista, mediante a elaboração de uma pesquisa qualitativa, conforme base bibliográfica, para introduzir o tema (GIL, 2008), posteriormente um levantamento de dados quantitativos obtidos por uma pesquisa de campo, junto ao grupo de pessoas em situação de rua acerca do tema em estudo (GIL, 2008),

Como *lôcus* do estudo, a pesquisa assentou-se sobre os bairros do Município de Belém, estado do Pará, que recebem os serviços de segurança pública do SIEDS com *lôcus* de pesquisa, mais precisamente nos bairros e logradouros públicos em que há concentração de pessoas em situação de rua, onde poder vezes essas pessoas são vítimas, mas também autores de condutas contrárias à segurança pública.

Fontes de dados e participantes da pesquisa

Configuram-se como fonte de dados para a pesquisa qualitativa, obras acadêmicas coletadas junto a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e *Scientific Electronic Library Online - SciELO*, bem como no *website google* acadêmico, no tocante às populações em situação de rua no Brasil e correlação com a segurança pública e a criminalidade, objetivando correlacionar tais temas e estabelecer um mínimo de referencial teórico para a análise da pesquisa empírica.

Quanto à pesquisa de campo, os participantes foram definidos como integrantes da população de rua que permanecem nos bairros de Belém, estado do Pará, sendo a população (N) composta por 33 (trinta e três) participantes.

Na definição de estudos acadêmicos para colheita de dados, foi empregada a técnica P.V.O., oriunda de método contumaz da ciência da Psicologia, mediante utilização de combinação de termos em algumas variáveis de busca (descritores) para busca de resultados em obras publicadas (BIRUEL; PINTO, 2011), nas bases de dados previamente definidas, no recorte temporal de 2011 a 2024, sendo avaliados pela pertinência dos estudos e selecionados os adequados ao presente artigo. Para as normas jurídicas, foram acessados os *websites* institucionais de órgãos públicos nacionais que detém tais documentais referentes à temática.

Na pesquisa quantitativa, o questionário semiestruturado, mediante formulário eletrônico (*e-survey*), foi aplicado aos integrantes da população para obtenção dos dados (GIL, 2008), conforme os requisitos discriminados no item “Fontes de dados e/ou participantes da pesquisa”. Esse questionário foi confeccionado pelos pesquisadores, sendo composto por 28 (vinte e oito) perguntas sobre o objeto do estudo, de maneira que foi aplicado modo síncrono por integrantes da Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), a qual atende rotineiramente o público alvo da pesquisa e tem livre acesso aos ambientes em que estas pessoas moram, bem como pela ação

assistencial desta entidade, facilitando a aceitabilidade e credibilidade das pessoas da população para que os questionamentos fossem respondidos de forma tranquila e imparcial.

Considerando que a pesquisa de campo envolve dados de pessoas em situação de vulnerabilidade, os participantes da pesquisa foram comunicados sobre o objetivo da pesquisa, bem como a segurança no tratamento de dados para que não haja prejuízo a sua identidade ou mesmo outros riscos legais e jurídicos.

Após a coleta dos dados qualitativos, estes receberam processamentos mediante a técnica de Análise de conteúdo, conforme descreve Bardin (2016), e os dados de natureza quantitativa, obtidos na pesquisa empírica sofreram análise da Estatística descritiva (BUSSAB; MORETTIN, 2017), sendo estruturados por elementos gráficos que consolidaram os resultados do estudo.

3 RESULTADOS

3.1 A CONDIÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: APONTAMENTOS JURÍDICOS E TEÓRICOS

Muitos elementos contribuem para a construção do problema envolvendo as populações em situação de rua - hoje compreendendo cerca de 236.400 (duzentas e trinta e seis mil e quatrocentas) pessoas (BRASIL, 2023), como o crescimento demográfico brasileiro acompanhado de escassez de empregos (COSTA, 2005; GRANADO, 2010), de moradia, do distanciamento de familiares decorrentes de conflitos (BULLA; MENDES; PRATES, 2004), condições econômicas precárias (CASTEL, 1997) e demais políticas públicas (OLIVEIRA et al., 2020), que levam muitas pessoas a permanecer nessas condições de vulnerabilidades, passando a ter mais chance de terem episódios de violência por grupos criminosos e o cerceamento de outros direitos, como os de saúde e educação (SILVA, 2023).

A definição legal sobre a população em situação de rua decorre do parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 7.053/2009, que expressa:

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

A disposição de lei evidencia os fatores causadores da problemática e ao mesmo tempo determina que organizações estatais desenvolvam meios de atendimento dos integrantes desse grupo social, prestando serviços assistenciais (SANTOS, 2011).

Esta problemática social vem sendo enfrentada em muitas ocasiões com meios policiais (VALENCIO et al., 2010; GRANADO, 2010), de modo que Rossi (2015) destaca em sua pesquisa que as populações em situação de rua têm seus direitos violados por agentes do Estado, como os policiais, que contrariando suas obrigações funcionais, perpetram as tipologias de violência física, moral e psíquica (GUINDANI et al., 2014; BORGES; ALMEIDA, 2017), de modo que muitas dessas pessoas são pretas residentes em locais periféricos dos centros urbanos mediante abordagens militares abusivas, executadas também por guardas municipais, sendo que Carmo (2022) sugere ser aplicada uma abordagem de viés mais social.

Souza et al. (2016) destacam que as mulheres em situação de rua são duplamente vitimadas pela violência física e sexual, sendo alvo de agentes policiais que praticam a chamada violência institucional e outras tipologias, inclusive sexual (Santos, 2023), com uso da força fora dos parâmetros legais e aceitáveis (ROSSI, 2015; RAIOL; NONATO, 2018; PIMENTA, 2019; SANTANA, 2020; AZEREDO; SILVEIRA; CRUZ, 2022).

Verifica-se que há certa ausência de políticas públicas relacionadas à população em situação de rua no Brasil, afetas ao atendimento sociopsicológico dessas pessoas, uma vez que o risco de violência nas ruas é mais extremo relacionado às mulheres (OLIVEIRA; PERES; SILVA, 2021), embora que no município de Belém a FUNPAPA venha se empenhando em atendê-los (SANTOS et al., 2024).

Nessa seara, escassos estudos apresentando atuações dos órgãos de segurança pública que priorizam proteger e promover os direitos fundamentais das populações em situação de rua, como na Polícia Militar de São Paulo – PMESP (CARDOSO, 2018), nos órgãos de segurança pública estaduais e municipais no Brasil (GUINDANI et al., 2014) e nos serviços prestados a esse grupo vulnerável pela Polícia Militar de Santa Catarina – PMSC (MORAIS; VIEIRA, 2015).

A realidade da capital do estado do Pará, conforme levantamento do período de 2015 e 2016, pela Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA, instituição que promove serviços às pessoas em situação de dificuldades sociais, inclusive à pessoa em situação de rua, afirmou o total de 822 (oitocentas e vinte e duas) (BELÉM, 2018), com considerável proporção de homens (79%), nas faixa-etárias majoritariamente no percentual de 30% (31-40 anos) e 28% (21-30 anos) os quais fazem utilização de álcool e outras drogas (70%) e que promovem sua subsistências nas ruas por meio de serviços tanto informais, quanto ilegais, com concentração no Complexo do Ver-o-Peso e arredores, às proximidades da Fábrica Mirela, além dos bairros da Campina, Reduto, Cidade Velha e no Complexo Turístico Ver-o-Rio.

Ainda em estudos sobre as mulheres em situação de rua atendidas pelo Abrigo João de Deus – Belém – PA, Ramos, Sousa e Soeiro (2020) chegaram aos resultados de que a maioria é idosa (63%), não alfabetizadas (62%), de modo que essas mulheres relataram o uso de álcool e outras drogas (62%), apresentando como motivos que condicionantes à sua situação social os conflitos familiares (50%) e por não possuem vínculo familiar (63%).

Cardoso et al. (2024) em análise dos atendimentos do Consultório na Rua às pessoas em situação de rua durante a pandemia de COVID-19 em Belém, destacam que houve atividades com intuito de minimizar os impactos do problema de saúde a essas pessoas, porém os pesquisadores demonstram a necessidade de integrar todas as instituições para melhor atender às demandas da referida população, sendo este o mesmo entendimento de Oliveira (2021).

Jacques e Passos (2024) destacam as ações preventivas do 2º Batalhão de Polícia Militar em Belém, afirmando que tal problemática envolvendo a população em situação de ruas nos logradouros públicos de competência ostensiva da unidade da PMPA não se restringe às atividades de segurança pública, sendo pertinente a devida capacitação dos policiais militares, a fim de propiciar o respeito aos direitos humanos dessa população.

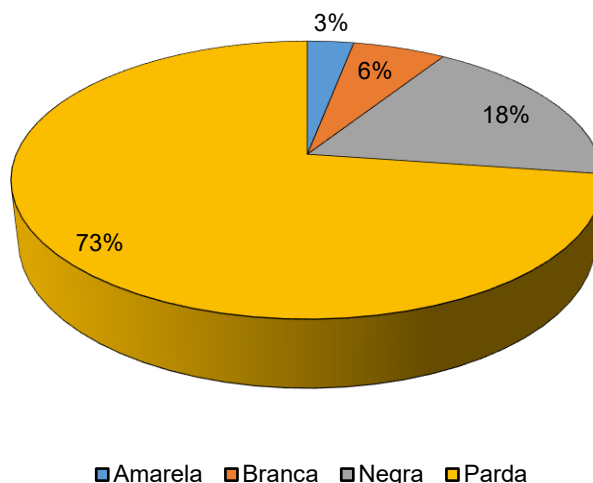
Santos e Vieira (2023) informam que, a despeito da Política Nacional da População em Situação de Rua em vigência, em Belém/PA não há “nenhuma proposta interventiva no centro histórico que contemplem a participação social da população em situação de rua vivente naquele espaço” (SANTOS; VIEIRA, 2023, p. 1), embora que no ano de 2021, tenha sido instituída a Política Estadual para a população em situação de rua pela Lei nº 9.306/2021 (PARÁ, 2021).

Sob o viés da segurança pública no estado do Pará, o Plano Estratégico do período de 2022/2031 estabeleceu a atuação dos órgãos do Sistema Integrado de Segurança Pública de Defesa Social (SIEDS), com os serviços prestados pela Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e afins, com atividades direcionadas aos chamados grupos vulneráveis, com intuito de prevenir a vitimização do integrantes destes grupos, ao mesmo tempo reprimir tanto as ações ilícitas destas pessoas, como também às atividades ilícitas de elementos sociais que vitimizem essas pessoas hipossuficientes, como as pessoas em situação de rua (PARÁ, 2022).

3.2 DISCUSSÕES

Com os questionários preenchidos pelos participantes da pesquisa, foram realizados os devidos processamentos dos dados e construídos tabelas e gráficos, para avaliar a percepção da população sem situação de rua em Belém/PA no que tange à segurança pública. Conforme resultados apresentados nos gráficos a seguir.

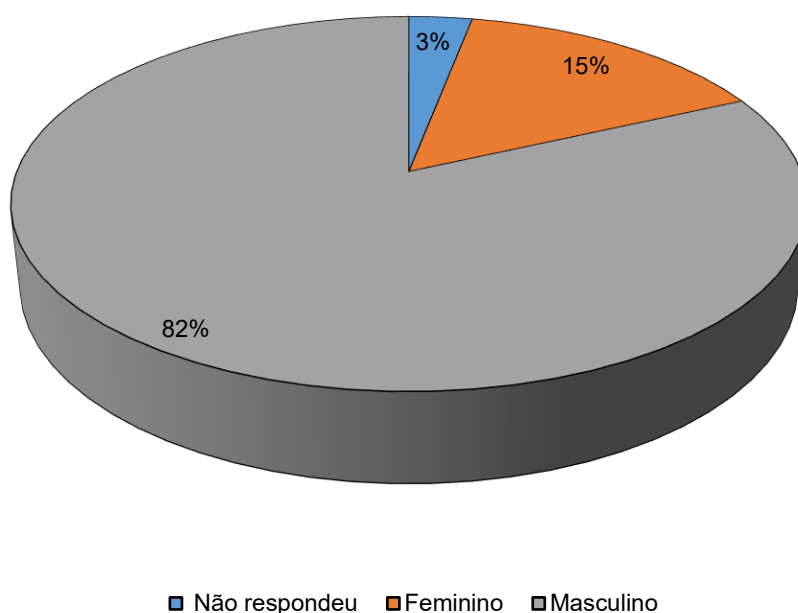
Figura 1 – Cor da pele das pessoas em situação de rua em Belém, estado do Pará, no período de 2024.



Fonte: Elaborado pelos autores (Maio/2024).

A Figura 1 demonstra que as pessoas em situação de rua, em sua maioria, são de cor parda (73%), seguindo da cor negra (Guindani et al., 2014), normalmente relacionada à população natural do estado do Pará, em que a miscigenação de índios com pessoas brancas, ou negros com pessoas brancas, marca um diferencial do restante do país, sendo essa população, em regra, a mais desprovida de recursos financeiros e serviços públicos básicos na região norte do Brasil.

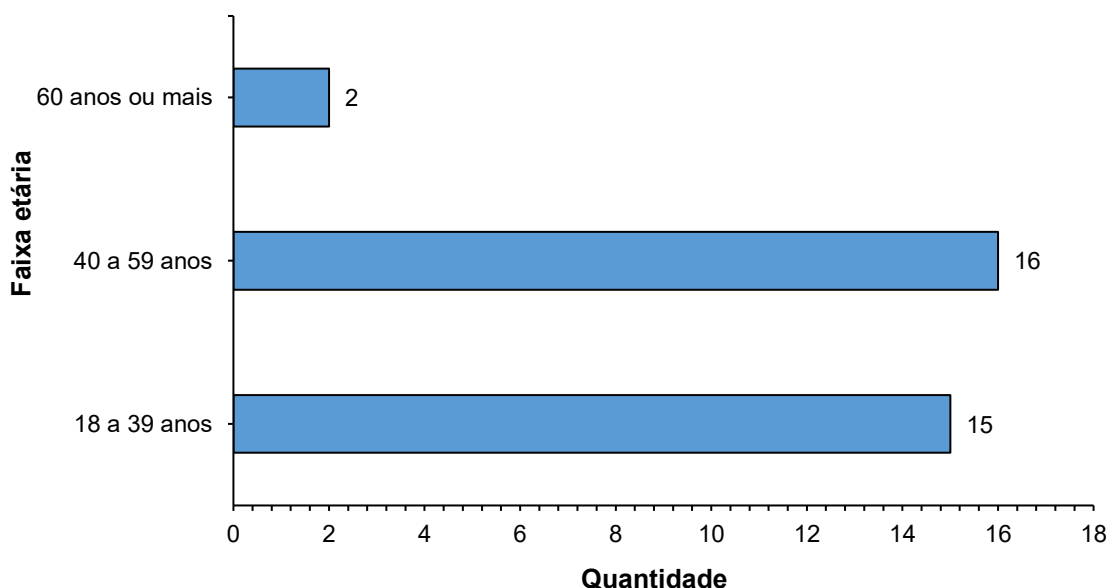
Figura 2 – Sexo das pessoas em situação de rua em Belém, estado do Pará, no período de 2024.



Fonte: elaboração própria (Maio/2024).

Tem-se na Figura 2 a preponderância de pessoas do sexo masculino em situação de rua (81,8%), dinâmica constante e observada pela FUNPAPA (BELÉM, 2018), de modo que o público feminino representa somente 15,2% do total dos participantes da pesquisa, sendo que as pessoas desse sexo estão mais sujeitas a serem vítimas de crimes e violências (RAMOS; SOUSA; SOEIRO, 2020), enquanto apenas 3,03% dos participantes se reservaram ao direito de não responder e resguardar sua condição social. Porém, hoje não se pode descartar a violência de gênero nesse grupo, pois é observado também a vitimização de mulheres em situação de rua em outras localidades brasileiras (SOUZA et al.,2016; SANTOS, 2023).

Figura 3 – Faixa etária das pessoas em situação de rua em Belém, estado do Pará, no período de 2024.

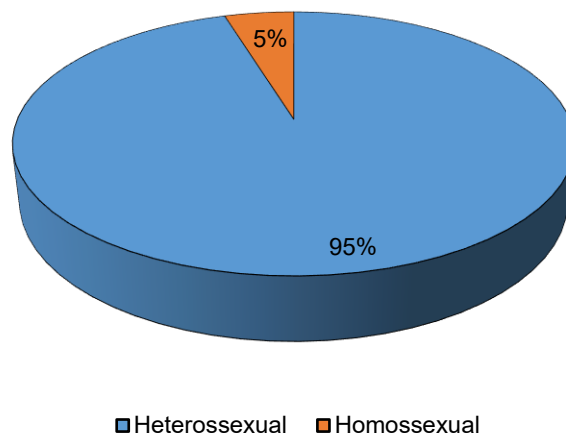


Fonte: elaboração própria (Maio/2024).

É possível compreender, pela Figura 3 que em Belém/PA, que a maior parcela dos participantes da pesquisa possui faixa-etária de 40 a 59 anos (48,5%) e também de 18 a 39 (45,5%), de modo que são pessoas adultas jovens e maduras que poderiam estar no mercado de trabalho, produzindo e vivendo de forma dignas nessas precárias condições, e no caso de idosos, o percentual é bem reduzido (6%).

Esses dados modificam a pirâmide etária anterior das pessoas em situação de rua levantada pela pesquisa da FUNPAPA (BELÉM, 2018; JACQUES; PASSOS, 2024), pois o “envelhecimento” dos integrantes desse grupo humano infere que as pessoas estão mais tempo nas ruas e a problemática não é resolvida ou minimizada.

Figura 4 – Orientação sexual das pessoas em situação de rua em Belém, estado do Pará, no período de 2024.



Fonte: elaboração própria (Maio/2024).

No que tange à orientação sexual das pessoas em situação de rua na cidade de Belém, a Figura 4 mostra que a maioria considerada dos participantes (95%) são heterossexuais, enquanto somente 5% se disseram de orientação homossexual.

Embora pesquisas sobre a orientação sexual de pessoas em situação de rua, especialmente no viés de segurança pública, sejam raras, Santos et al. (2024), mostram que dados da FUNPAPA em 2024 que 3 (três) homens foram vítimas de discriminação em virtude de sua orientação sexual, o que evidencia que esse tipo de violência é também uma realidade nesse meio.

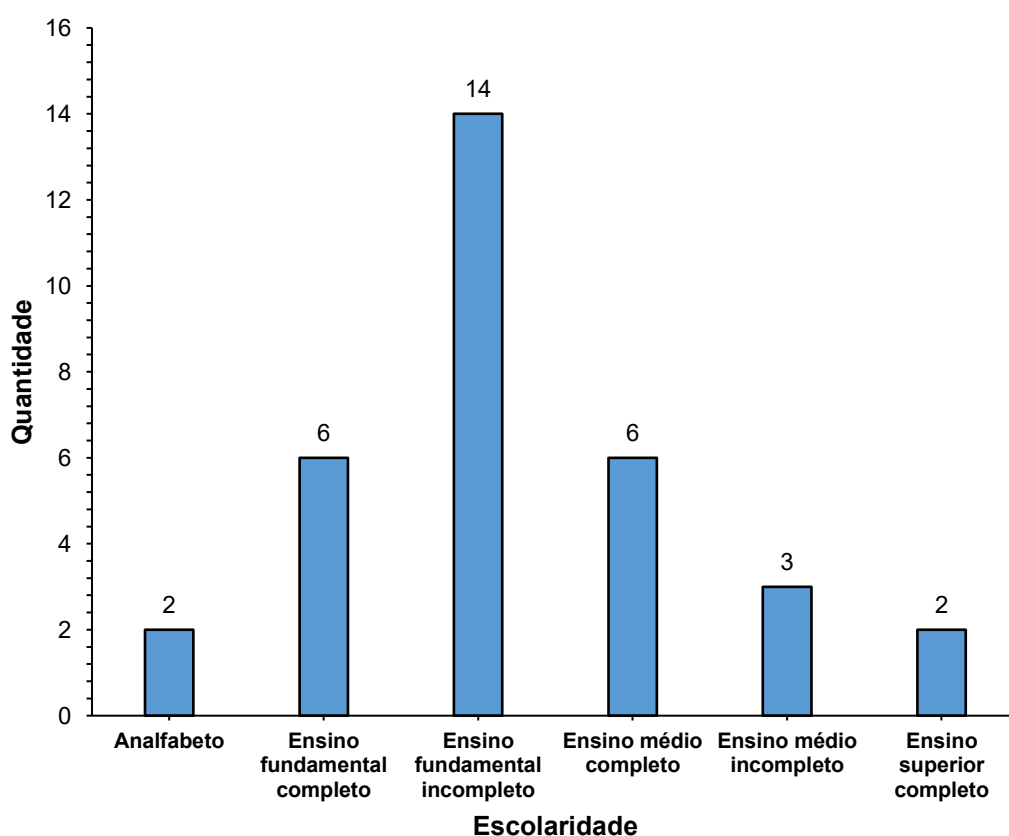
Tabela 1 – Formas de obtenção de recursos financeiros pelas pessoas em situação de rua em Belém, estado do Pará, no período de 2024.

| Formas de obtenção de recursos financeiros | Quantidade |
|---|------------|
| Catador de materiais recicláveis | 9 |
| Vendedor ambulante | 8 |
| Flanelinha | 7 |
| Pedinte/mendicância | 2 |
| Feirante | 1 |
| Pedinte/mendicância, Catador de materiais recicláveis | 1 |
| Pedinte/mendicância, Catador de materiais recicláveis, Flanelinha | 1 |
| Pedinte/mendicância, Vendedor ambulante | 1 |
| Vendedor ambulante, Catador de materiais recicláveis | 1 |
| Vendedor ambulante, Flanelinha | 1 |
| Professor | 1 |
| Total | 33 |

Fonte: elaboração própria (Maio/2024).

As atividades que rendem recursos financeiros às pessoas em situação de rua em Belém, conforme a Tabela 1, destacam-se as informais de coletor de materiais para reciclagem (27,27%), de flanelinha (24,24%) e vendedor ambulante (21,21%), e em menor proporção a de medicante/pedinte (6,06%), o que deixa evidente a falta de formação técnica para atividades laborais que poderiam proporcionar maiores dividendos a estas pessoas em condições de vulnerabilidade (BELÉM, 2018; SANTOS et al., 2024; JACQUES; PASSOS, 2024).

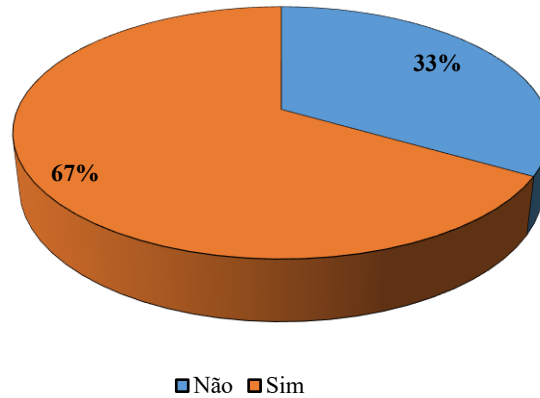
Figura 5 – Escolaridade das pessoas em situação de rua em Belém, estado do Pará, no período de 2024.



Fonte: elaboração própria (Maio/2024).

A Figura 5 apresenta os dados acerca da formação escolar dos participantes da pesquisa, de modo que 42,42% possuem ensino fundamental incompleto, 18,18% o ensino médio completo e, no mesmo percentual, ensino fundamental completo. Somente 6,06% dos participantes da pesquisa são analfabetos (RAMOS; SOUSA; SOEIRO, 2020). Constata-se ainda que há pessoas em situação de rua em Belém que possuem ensino superior completo (6,06%), como destacado na pesquisa de Santos et al. (2024).

Figura 6 – Existência de contatos das pessoas em situação de rua em Belém, estado do Pará com familiares, no período de 2024.



Fonte: elaboração própria (Maio/2024).

Quanto aos laços familiares existentes às pessoas em situação de rua, a Figura 6 apresenta as respostas dos participantes do estudo, dos quais 67% responderam que não os possui, enquanto que 33%, relataram ainda estar em contato com seus familiares.

Esses dados reforçam o próprio conceito legal e a condicionante da condição de uma pessoa em situação de rua (BRASIL, 2009) e ao mesmo tempo ratifica a pesquisas de Bulla, Mendes e Prates (2004) e de Santos et al. (2024), pois a ausência de relações com parentes próximos fragiliza a situação psicológica e material destas pessoas e facilita que se direcionem para ambientes externos de proteção do ambiente familiar, os quais se caracterizam como violadores de direitos fundamentais.

Tabela 2 – Motivos apresentados pelas pessoas em situação de rua em Belém, estado do Pará em não manter contato com familiares, no período de 2024.

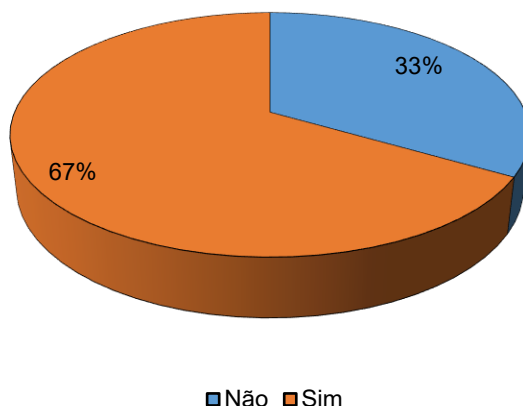
| Motivos de não manter contato com familiares | Quantidade |
|--|------------|
| Alegam que familiares não gostam da pessoa | 2 |
| A dificuldade financeira para pagar transporte e chegar na residência dos filhos | 1 |
| Abandono | 1 |
| Falta de verba para chegar ao local de origem dos pais | 1 |
| Foi expulso por familiares (medida protetiva) violência verbal | 1 |
| Por decisão judicial | 1 |
| Por motivo de violência quando era menor de idade | 1 |
| Relações interrompidas | 1 |
| Resolveu se excluir da família | 1 |
| Não respondeu | 1 |
| Total | 10 |

Fonte: elaboração própria (Maio/2024).

Em consequência do questionamento anterior, dos 67% dos participantes, conforme observado na Tabela 2, a inexistência do contato com pessoas da família, indo desde o abandono familiar (BULLA; MENDES; PRATES, 2004) são os motivos para a condição atual dessas

peçoas, passando por distanciamento por ordem do Poder Judiciário, ou por vontade própria em cortar os laços familiares (SANTOS et al., 2024).

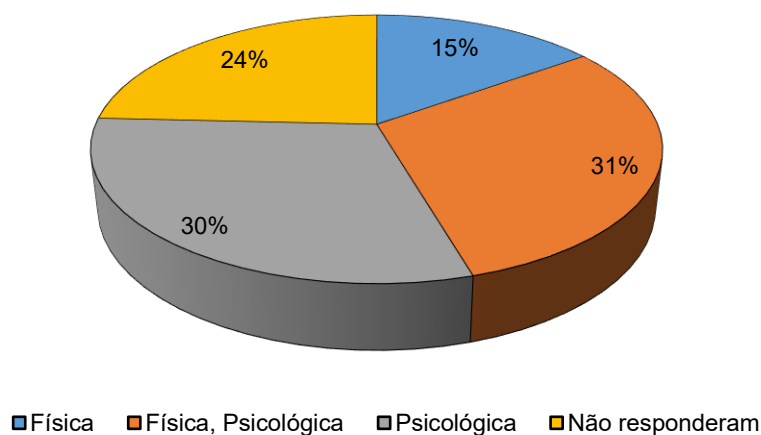
Figura 7 – Vítimas de crimes enquanto situação de rua em Belém, estado do Pará, no período de 2024.



Fonte: elaboração própria (Maio/2024).

Dos dados obtidos, 67% dos participantes da pesquisa afirmam que foram vítimas de criminosos quando em situação de rua em Belém, enquanto que a metade desse percentual afirmou não ter sido vítima de atos ilícitos, conforme a Figura 7. Essa informação mostra-se preocupante para o sistema estadual de segurança pública e os órgãos municipais que prestam esse serviço, pois estes devem providenciar atendimentos diferenciados para esse público, haja vista, as especificidades das condições às quais essas pessoas estão submetidas (PARÁ, 2021; PARÁ, 2022; JACQUES; PASSOS, 2024).

Figura 8 – Tipos de violência que as pessoas em situação de rua sofreram em Belém, estado do Pará, no período de 2024.



Fonte: elaboração própria (Maio/2024).

Entende-se, de acordo com o apresentado na Figura 8, que a violência física conjugada com a psicológica (31%) e a violência psicológica isoladamente (30%) compreendem mais da

metade da soma dos tipos de violência infringidas à população de rua de Belém, porém destaca-se que a violência psicológica (isolada e conjuntamente) tem a maior incidência, ultrapassando a violência física, na ordem de 15% (OLIVEIRA; PERES; SILVA, 2021; CARDOSO et al., 2024).

Tabela 3 – Tipos de crime que as pessoas em situação de rua sofreram em Belém, estado do Pará, no período de 2024.

| Tipo de crime | Quantidade |
|---|------------|
| Roubo | 5 |
| Crime contra a honra (Calúnia, Difamação e Injúria) | 5 |
| Lesão corporal | 4 |
| Não responderam | 4 |
| Roubo, Furto, Ameaça, Lesão corporal e Crime contra a honra (Calúnia, Difamação e Injúria) | 3 |
| Roubo, Furto, Ameaça, Lesão corporal e Crime contra a honra (Calúnia, Difamação e Injúria), Violência sexual (estupro, importunação sexual) e Violência doméstica | 2 |
| Roubo, Furto e Lesão corporal | 2 |
| Ameaça e Lesão Corporal | 1 |
| Furto | 1 |
| Roubo, Ameaça e Crime contra a honra (Calúnia, Difamação e Injúria) | 1 |
| Roubo, Furto e Ameaça | 1 |
| Roubo, Furto, Ameaça e Crime contra a honra (Calúnia, Difamação e Injúria) | 1 |
| Roubo, Furto, Ameaça e Lesão corporal | 1 |
| Roubo, Furto, Ameaça, Lesão corporal, Crime contra a honra (Calúnia, Difamação e Injúria) e Violência doméstica | 1 |
| Roubo, Furto, Lesão corporal, Crime contra a honra (Calúnia, Difamação e Injúria) e Violência doméstica | 1 |
| Total | 33 |

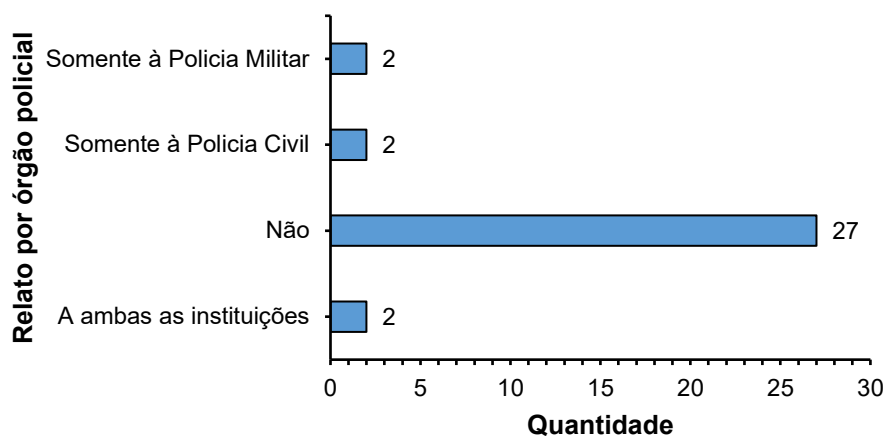
Fonte: elaboração própria (Maio/2024).

Os participantes da pesquisa apontam os crimes de roubo e contra a honra (ambos com o percentual de 15,15% cada) e lesão corporal (12,12%) como aqueles com maior incidência na sua vitimização enquanto pessoas em situação de rua em Belém na visualização da Tabela 3, informação ratificada pela FUNPAPA (BELÉM, 2018; SANTOS et al., 2024; JACQUES; PASSOS, 2024), de modo que a tipologia criminal encontrada nas afirmações dos participantes leva a crer que os ilícitos penais contra o patrimônio (roubo) e contra a honra (calúnia, difamação e injúria) são as ações que mais prejudicam o referida grupo social, seguindo pelos atos criminosos contra a incolumidade física (lesão corporal).

Em menor proporção, os participantes do estudo destacaram terem sofrido ações referentes ao crime de tráfico de entorpecentes, violência sexual como estupro e importunação sexual, neste caso a maioria foram mulheres (SOUZA et al., 2016; SANTOS, 2023), além do

crime de ameaça. Não foram verificados na pesquisa crimes como homicídio, violência doméstica e contra demais grupos vulneráveis (crianças, adolescentes e idosos).

Figura 9 – Órgãos aos quais foram relatadas as ações violentas sofridas pelas pessoas em situação de rua em Belém, estado do Pará, no período de 2024.



Fonte: elaboração própria (Maio/2024).

A Figura 9 deixa bem claro o descrédito dos órgãos policiais na percepção das pessoas em situação de rua na capital do estado do Pará, haja vista que cerca de 81,81% dos participantes da pesquisa que foram vítimas de ações violentas, quando nessa condição, não procuraram as referidas instituições de segurança pública (Polícia Civil e Polícia Militar), ratificando a visão não positiva dos órgãos de segurança pública (GUINDANI et al., 2014; BORGES; ALMEIDA, 2017), e quando o fizeram procuraram uma ou outra organização policial ou mesmo às duas para relatar o mesmo fato no ínfimo percentual de 6,06%. Um dos participantes afirmou que procurou o Departamento de Polícia Federal.

Tabela 4 – Motivos de não comunicação aos órgãos policiais pelas pessoas em situação de rua sofreram em Belém, estado do Pará, no período de 2024.

| Motivos de não comunicação aos órgãos policiais | Quantitativo |
|---|--------------|
| Não acredita ou tem medo da polícia | 14 |
| Não responderam | 11 |
| Medo de represália | 4 |
| Considera o fato sem importância | 3 |
| Órgão policial deve ter capacidade de executar os serviços de investigação, mas não fazem | 1 |
| Total | 33 |

Fonte: elaboração própria (Maio/2024).

Para complementar a informação da Figura 9, tem-se na Tabela 4 dados acerca dos motivos de não comunicação aos órgãos policiais pelos participantes do estudo, sendo que estes relataram que não acreditam ou tem medo da polícia (42,42%) ou tem medo de represália por parte dos denunciados (12,12%), como destacado em outras localidades brasileiras por Rossi

(2015) e Carmo (2022) em virtude da forma abusiva de abordagem policial. Um dado que retrata a imagem negativa das polícias é o percentual de 33,33% que não quiseram responder este questionamento da pesquisa.

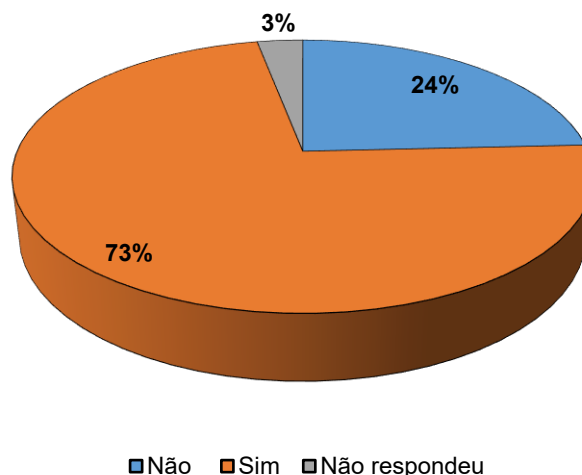
Tabela 5 – Percepção da atuação das polícias pelas pessoas em situação de rua sofreram em Belém, estado do Pará, no período de 2024.

| Percepção da atuação das polícias | Quantidade |
|---|------------|
| Não há policiamento ostensivo nos locais onde está a sua população em situação de rua | 16 |
| Não há investigação de crimes | 9 |
| Há policiamento ostensivo constante | 5 |
| Quando ocorrem crimes envolvendo pessoas em situação de rua, há investigação | 2 |
| Não responderam | 1 |
| Total | 33 |

Fonte: elaboração própria (Maio/2024).

Nesta mesma toada, a Tabela 5 apresenta a percepção da atuação das polícias pelas pessoas em situação de rua em Belém, de modo que, no que se refere a atuação das policiais militares, 48,48% dos participantes informaram que não percebem policiamento realizado PMPA em ambientes em que há populações em situação de rua, sendo que 27,27% não identificaram atividades inerentes à Polícia Civil do Pará, como a investigação criminal de ilícitos que envolvam esse grupo vulnerável, o que foi relatado em pesquisa recente por Santos et al. (2024), não obedecendo os ditames legais do SIEDS (PARÁ, 2022) quanto às populações em situação de rua, e que modo contrário já vem sendo feito pelas polícias militares de São Paulo (CARDOSO, 2018) e Santa Catarina (MORAIS; VIEIRA, 2015).

Figura 10 – Uso de substâncias entorpecentes pessoas em situação de rua em Belém, estado do Pará, no período de 2024.



Fonte: elaboração própria (Maio/2024).

Sobre a temática de uso de substâncias entorpecentes, a Figura 10 evidencia que 73% dos participantes da pesquisa afirmam que utilizaram drogas ilícitas enquanto moradores de ruas em Belém/PA (RAMOS; SOUSA; SOEIRO, 2020; SANTOS et al., 2024; JACQUES; PASSOS, 2024), e menos de 1/3 dos participantes declarou não ter feito uso dessas substâncias (24%), e somente 3% resolveu não responder tal questionamento da pesquisa.

Tabela 6 – Tipos de substâncias entorpecentes utilizadas pelas pessoas em situação de rua sofreram em Belém, estado do Pará, no período de 2024.

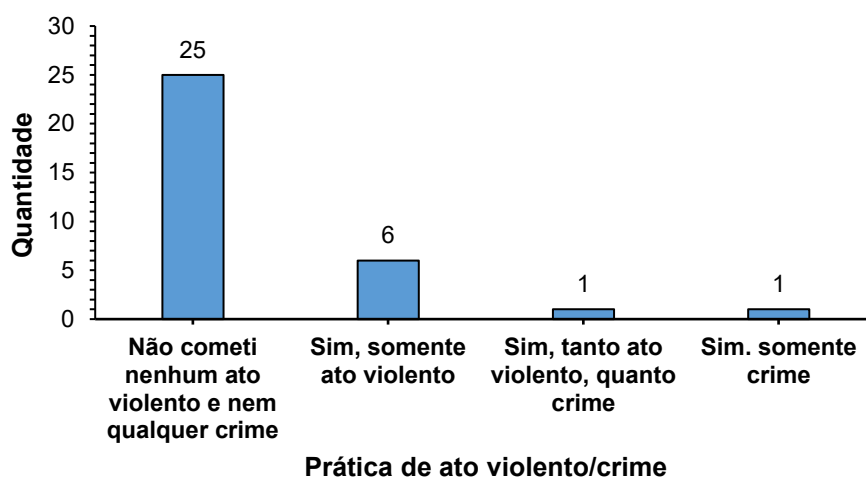
| Tipos de substâncias entorpecentes utilizadas | Quantidade |
|--|------------|
| Maconha | 10 |
| Bebidas alcoólicas | 5 |
| Não respondeu | 5 |
| Maconha, Crack, Bebidas alcoólicas | 3 |
| Medicamentos com ou sem prescrição médica, Maconha, Bebidas alcoólicas | 2 |
| Outras substâncias | 2 |
| Crack | 1 |
| Maconha, Bebidas alcoólicas | 1 |
| Medicamentos com ou sem prescrição médica, Bebidas alcoólicas | 1 |
| Medicamentos com ou sem prescrição médica, Bebidas alcoólicas, | 1 |
| Medicamentos com ou sem prescrição médica, Maconha, Crack, Bebidas alcoólicas | 1 |
| Medicamentos com ou sem prescrição médica, Maconha, Crack, Bebidas alcoólicas, | 1 |
| Total | 33 |

Fonte: elaboração própria (Maio/2024).

Ainda sobre o tema uso de drogas, a Tabela 6 discrimina os tipos de substâncias entorpecentes ilícitas utilizadas pelas pessoas em situação de rua quando nessa situação em Belém/PA, de modo que: 30,3 % utilizaram maconha e 15 % utilizaram bebidas alcoólicas (mesmo percentual não quis responder tal pergunta). Esses dados revelam o aumento do uso de maconha, pois em pesquisas recentes era o *crack* com outras drogas ilícitas (SANTOS et al., 2024) com maior percentual nesse grupo, seguido pela utilização de maconha (RAMOS; SOUSA; SOEIRO, 2020) por parte das mulheres.

Alguns participantes da pesquisa afirmaram ter consumido drogas de forma conjunta (9,1% maconha, *crack*, bebidas alcoólicas e 6,1% medicamentos com ou sem prescrição médica, maconha e bebidas alcoólicas). 6,1% dos participantes apontaram outras, sendo destacado o uso da cocaína (JACQUES; PASSOS, 2024).

Figura 11 – Práticas de atos violentos/criminosos pelas pessoas em situação de rua em Belém, estado do Pará, no período de 2024.



Fonte: elaboração própria (Maio/2024).

Procurando desenvolver uma análise sobre as práticas que afetam a segurança pública, 63,6% afirmaram não ter cometido nenhum crime e/ou ato violento quando na situação de rua. Uma minoria confessou ter praticado ato violento (18,2%) e 3% cometeram violências e crimes, somente 3% confirmaram ter cometido ato ilícito penal, de modo que tais informações corroboram os dados da FUNPAPA (BELÉM, 2018; JACQUES; PASSOS, 2024).

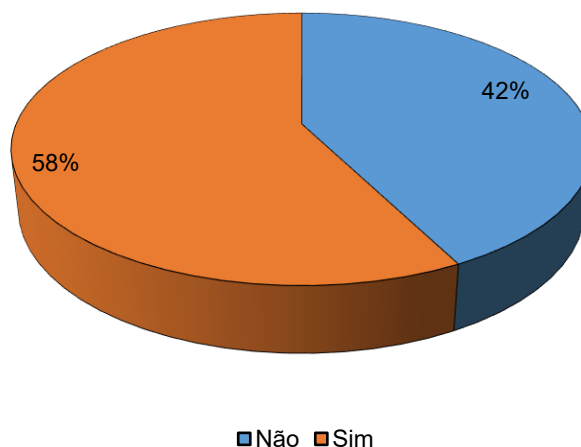
Tabela 7 – Tipos de atos violentos e crimes cometidos pelas pessoas em situação de rua sofreram em Belém, estado do Pará, no período de 2024.

| Tipos de atos violentos/crimes | Quantidade |
|---|------------|
| Não responderam | 26 |
| Briga | 2 |
| Atos de violência, briga | 1 |
| Brigas e insultos | 1 |
| Homicídio, tráfico e briga | 1 |
| Violência de brigas com uso de arma branca (faca) | 1 |
| Violência física com uso de gargalo de garrafa | 1 |
| Total | 33 |

Fonte: elaboração própria (Maio/2024).

Referente aos tipos de violências cometidos, 78,8% se omitiram de responder tal pergunta, demonstrando que a maioria da população em situação de rua tem receio em expressar sua percepção de suas próprias condutas, seja por não querer se expor ou mesmo por medo de represálias dos órgãos policiais (ROSSI, 2015; RAIOL; NONATO, 2018; PIMENTA, 2019; SANTANA, 2020; AZEREDO; SILVEIRA; CRUZ, 2022). Os poucos participantes que responderam (33%) dividiram-se entre relatar brigas na rua, em família, com uso de arma branca e com gargalo de garrafa, até mesmo insultos, tráfico de drogas e homicídio (3% cada um desses relatos), como deixa claro a Tabela 7.

Figura 12 – Relato sobre prisões sofridas pelas pessoas em situação de rua em Belém, estado do Pará, no período de 2024.



Fonte: elaboração própria (Maio/2024).

Continuando a discussão sobre segurança pública em Belém/PA, a Figura 12 é notória em apresentar que mais da metade dos participantes em algum momento da situação de rua tiveram sua liberdade cerceada pelo Estado por atuação dos órgãos policiais (58%). Não se discute a legalidade da prisão, mas percebe-se o olhar repressivo das organizações dos integrantes sobre o grupo vulnerável (ROSSI, 2015; CARMO, 2022).

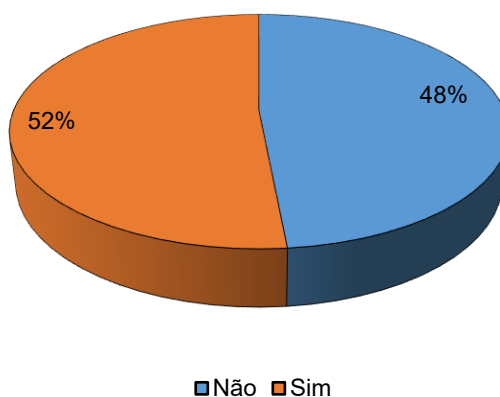
Tabela 8 – Frequência de prisões sofridas pelas pessoas em situação de rua sofreram em Belém, estado do Pará, no período de 2024.

| Frequência de prisões | Pessoas em situação de rua |
|-----------------------|----------------------------|
| Não responderam | 16 |
| 1 vez | 8 |
| 3 vezes | 3 |
| 5 vezes | 2 |
| Várias vezes | 2 |
| 6 vezes | 1 |
| 2 vezes | 1 |
| Total | 33 |

Fonte: elaboração própria (Maio/2024).

Sobre as prisões sofridas, 48,5% não responderam à pergunta sobre a frequência das prisões enquanto moradores de rua, sendo que 24,2% teria sido preso uma única vez. Os dados constantes da Tabela 8 reflete a informação da Figura 13, pois os que afirmaram não terem sido presos equivale aos que não responderam essas perguntas, mostrando certa coerência com os dados apresentados pelos participantes da pesquisa, pois embora ainda ocorram ações de cunho mais repressivo por parte do SIEDS (VALENCIO et al., 2010; GRANADO, 2010), a realidade vem se modificando por atividades de viés mais humanístico.

Figura 13 – Tratamento diferenciado por órgãos públicos recebidos pelas pessoas em situação de rua em Belém, estado do Pará, no período de 2024.



Fonte: elaboração própria (Maio/2024).

Preocupante informação sobre a atuação estatal para a população em situação de rua, pois quase a metade dos participantes (48%) não receberam tratamento diferenciado por órgãos públicos recebidos pelas pessoas em situação de rua na capital do estado do Pará, como está apresentado na Figura 13. É importante mencionar que os órgãos responsáveis por atender a esse grupo vulnerável são de áreas diversas (SANTOS, 2011; JACQUES; PASSOS, 2024), desde a assistências social, de saúde (BELÉM, 2018; RAMOS; SOUSA; SOEIRO, 2020; CARDOSO et al., 2024), passando pelos relacionados aos de cunho jurídico e por fim, de forma excepcional os de segurança pública (PARÁ, 2022).

Tabela 9 – Órgãos atendentes/tipos de serviços prestados às pessoas em situação de rua sofreram em Belém, estado do Pará, no período de 2024.

| Órgãos atendentes/tipos de serviços | Quantidade |
|---------------------------------------|------------|
| Não responderam | 18 |
| Centro POP | 10 |
| Bolsa família | 2 |
| CAPS com fornecimento de medicamentos | 1 |
| CRAS | 1 |
| CRAS com fornecimento de medicamentos | 1 |
| Total | 33 |

Fonte: elaboração própria (Maio/2024).

Sobre os órgãos públicos que atenderam às pessoas em situação de rua, é relevante destacar que 45,5% não quiseram responder a essa pergunta, demonstrando desconfiança em repassar esses dados, e do 54,5% que responderam, 30,3% foram atendidos pelo Centro POP da Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), considerado órgão que possui como uma de suas

atribuições fazer o devido atendimento e encaminhamento das pessoas em situação de rua (BELÉM, 2018; SANTOS et al., 2024).

No que tange ao questionamento “O que a Polícia Militar pode melhorar em uma abordagem a moradores em situação de rua?” à população pesquisada, os participantes descrevem falas relativas à violência verbal (xingamentos) e física (praticada pelos órgãos de segurança pública (GUINDANI et al., 2014; BORGES; ALMEIDA, 2017), em especial a Polícia Militar do Pará (PMPA), informando que a forma de abordagem poderia ser mais educada, cortês e com objetivo de protegê-los. Apontam também a insuficiência de agentes da PMPA para a demanda de atendimentos à população em situação de rua, o que influencia a conduta adotada nas abordagens. Os participantes afirmam não acreditar na polícia, a qual, segundo eles, deveria ser pautada no respeito às pessoas em condições de vulnerabilidade social (CARMO, 2022).

Ao final desta pesquisa, compreende-se que a atividade de segurança pública, embora seja oferecida a toda a sociedade, há grupos sociais que devem ter um olhar mais atento, vide a natural vitimização a que estão sujeitos por estarem desprovidos de direitos básicos, como a população em situação, de modo que conhecer essa realidade é imprescindível para desenvolver políticas públicas de segurança assertivas e efetivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conjuntura da população em situação de rua em Belém do Pará vem se agravando nos últimos, de modo que além das condições precárias de sobrevivência a que estas pessoas são submetidas diariamente, seja quanto a saúde, habitação e alimentação, a questão da segurança própria e de terceiros passou a chamar atenção de toda a sociedade. Assim este estudo empreendeu uma pesquisa de campo junto à população de rua na capital do estado do Pará, a fim de obter a percepção dessas pessoas quanto à sua situação em segurança pública e os serviços prestados pelos órgãos do Sistema Integrado de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS).

Ao final do estudo, a pergunta problema foi respondida satisfatoriamente, uma vez que informações relativas à segurança pública e vulnerabilidade social desse grupo humano foram obtidos, de modo que os principais resultados demonstram que a maioria dos participantes da pesquisa é da cor parda do sexo masculino, de faixa-etária de 40 a 59 anos, heterossexual, atuando com serviço informais, com ensino fundamental incompleto, não possuindo contato com familiares. Tais pessoas apontaram que, na condição de rua, a maioria foi vítima de crimes contra o patrimônio e contra a honra, com violências física e psicológica.

Quando vítimas de crimes, a maioria destacou que não relatou os fatos às instituições de segurança pública, alegando não ter confiança ou ter medo de represálias por parte dos agentes policiais, uma vez que os participantes alegaram não ter policiamento nas áreas onde ficavam concentradas essa população. Estes ainda afirmaram fazer uso de substâncias entorpecentes, como maconha.

De início, a maioria dos participantes da pesquisa alegaram não ter praticado nenhum ato criminoso, porém mais da metade do grupo em estudo afirmou ter sido detido pela polícia, sendo que nesta mesma proporção há alegação de não terem recebido tratamento diferenciado das instituições policiais.

Por fim, compreende-se que a dinâmica dos órgãos integrantes do SIEDS é ainda muito incipiente em se tratando de atendimentos à população em situação de rua em Belém, bem como os demais órgãos responsáveis legalmente para proporcionar serviços que proporcionem e protejam direitos fundamentais dessas pessoas, sendo que se faz necessária a elaboração de protocolos das instituições do SIEDS em conjunto com as demais organizações, bem como treinamentos adequados ao efetivo atendimento das demandas sociais da população em situação de rua, e ainda novas pesquisas atinentes ao tema deste estudo.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, Emmanuelle Pereira Brandt; SILVEIRA, Andrea Maria; CRUZ, Marcus Vinícius Gonçalves da. Forças públicas de segurança e a população de rua em tempos de COVID-19: encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo, v.16, n. 3, p.74-95, ago./set., 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil; 2016.

BELÉM. Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA. **Uma breve análise das pessoas em situação de rua no Município de Belém/PA nos anos de 2015-2016**. FUNPAPA: Belém, 2018.

BORGES, Ana Luiza Otoni; ALMEIDA, Bruno Vasconcelos de. Um olhar sobre as histórias de vida daqueles que habitam as ruas de Belo Horizonte. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 2, n. 4, p. 340-354, jul./dez. 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 05 abr. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. **População em situação de rua - Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal**. MDH: Brasília, 2023.

BULLA, Leonia Capaverde; MENDES, Jussara Maria; PRATES, Jane Cruz (Orgs.). **As múltiplas formas de exclusão social**. Porto Alegre: Federação Internacional de Universidades Católica: EDIPUCRS, 2004.

BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. **Estatística básica**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CARDOSO, Rayane Franklin Mourão; LOBATO, Ana Flávia Teles; MACIEL, Thanaira Aicha Fernandes; PEIXOTO, Ivonete Vieira Pereira; CALDAS, Samantha Pereira; XAVIER, Marília Brasil. Ações de controle e manejo da Covid-19 na população em situação de rua em Belém-PA. **REAS - Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 24, n. 4, p. 1-9, abr., 2024.

CARDOSO, Danielly Aparecida Camargo da Silva Gehring. **Rede de Assistência aos moradores de rua de Itapetinga**. 2018. 117 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal), Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. Curitiba, 2018.

CARMO, Itamar Moreira do. Uma crítica à abordagem realizada às pessoas em situação de, e na rua. In: **XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. 11 a 13 de outubro de 2022. “Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina”. Disponível em: < <https://www.cfess.org.br/cbas2022/>>. Acesso em: 18 dez. 2024.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, Mariângela; BÔGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria Carmelita. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, PUCRS, Porto Alegre, n. 4, dez., p. 1-16, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUINDANI, Mirian A. Krenzinger; ANSARI, Mônica Rizzini; SILVA, Eliana Sousa; MARTINS, Gisele Ribeiro; RIZZINI, Irene; RANGONI, Lucas; GUINDANI, Natália; AMARANTE, Natália; SILVA, Nívia C.K. Melo; RESENDE, Noelle. Segurança pública e populações em situação de rua; Desafios às ações intersetoriais e político pedagógicas. In: LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro; BAPTISTA, Gustavo Camilo; FIGUEIREDO, Isabel Seixas de (Orgs.). **Segurança pública e direitos humanos: temas transversais - Coleção Pensando a Segurança Pública**, v.5. Brasília: Ministério da Justiça/ Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.

GRANADO, Karina. Vulnerabilidade das pessoas em situação de rua: acesso à água e as interações do cotidiano. In: VALENCIO, Norma (Org.). **Sociologia dos desastres construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. V. II. São Carlos: RIMA, 2010.

JACQUES, Simone Franceska Pinheiro Chagas; PASSOS, Sônia da Costa. Pessoas em situação de rua: Análise da prevenção e resolução de conflitos no território do 2º BPM/PMPA. p.59-73. In: SILVA, Cesar Luiz Vieira da; OLIVEIRA, Cláudio Luciano de Monteiro de;

SILVA, Fernando Alberto Bilóia da; MEDEIROS, Glauco Pereira de; SILVA, Elson Luiz Brito da; REIS, João Francisco Garcia; SANTOS, Jorge Fabricio dos; PASSOS, Sônia da Costa; CARVALHO, Walder Braga de; SANTOS, Leonardo Sousa dos. (Orgs.). **Violências silenciadas: a interseção entre violência, direitos humanos e segurança pública**. 1ª ed. Belém: Instituto de Ensino de Segurança do Pará, 2024.

MORAIS, Igor Araújo Barros de; VIEIRA, Thiago Augusto. Policiamento Orientado à Solução de Problemas na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina – Brasil. **Revista Brasileira de Segurança pública**. São Paulo, v. 9, n. 1, Fev/Mar, p.232-248, 2015.

OLIVEIRA, Elaine Patricia; PERES, Marielle; SILVA, Luciane Veiga. População em situação de rua: entre a segurança e a insegurança. **Caderno Humanidades em Perspectivas**. Curitiba, v. 5, n. 12, p. 126-137, 2021.

OLIVEIRA, Cleiton Jose Lemos de. A população em situação de rua e a violação dos direitos humanos. In: **X Jornada Internacional Políticas Pública**, 16 a 19 de novembro de 2021 – Trabalho alienado, destruição da natureza e crise de hegemonia – Consciência de classe e lutas sociais na superação da barbárie. Disponível em <<https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/anais.html>>. Acesso em: 29 dez. 2024.

OLIVEIRA, Gesylene Batista; HIGA, Débora Mayumi; ARAÚJO, Jackeline Claudino; SELUSNHAKI, Aline Moraes; REIS, Tomás Collodel Magalhães; AZEVÊDO, Adriano Valério dos Santos. Pessoas em situação de rua: uma revisão sistemática. **Estudos interdisciplinares em Psicologia**. Londrina, v.11, n.2, p.40-58, ago., 2020.

PARÁ. Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Polícia Militar. **Plano estratégico da Polícia Militar do Pará 2015/2025**. Estado Maior da PMPA. 6ª seção do EMG – Planejamento e Orçamento. 1ª edição. Belém. PMPA-2015.

PARÁ. **Plano de Atuação Integrada TERPAZ PMPA (2021)**. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/phocadownload/userupload/userupload/sub.mlucia.14229/ADIT.%20BG%20N%20032%20II%20-%20De%2016%20FEVEREIRO%202021%20-%20PLANO%20DE%20ATUAO%20DA%20PMPA.pdf>. Acesso: 03 jul. 2024.

PARÁ. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. **Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social 2022 – 2031**. Belém: SEGUP, 2022.

PARÁ. Lei nº 9.306, de 8 de setembro de 2021. **Institui a Política Estadual para a população em situação de rua**. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pa/lei-ordinaria-n-9306-2021-para->. Acesso em: 7 abr. 2024.

PIMENTA, Melissa de Mattos. Pessoas em situação de rua em Porto Alegre: Processos de estigmatização e invisibilidade social. **Civitas**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 82-104, jan.-abr. 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAIOL, Raimundo Wilson Gama; NONATO. Mais vulnerabilizadas à violência urbana: pessoas em situação de rua e a suposta segurança pública. **Revista Jurídica UNICURITIBA**. Curitiba, v. 04, n. 53, p. 633-658, 2018.

RAMOS, Adriana Clícia Ferreira; SOUSA, Jessica da Silva de; SOEIRO, Maria Goreth dos Santos. Mulheres em Situação de Rua: o perfil das mulheres acolhidas no Abrigo João de Deus – Belém – PA. **Gênero na Amazônia**, Belém, Saúde, Violência e Resistências, n. 16-18, p. 285-299, jul./dez., 2020.

ROSSI, Laura Barbosa. A violência policial como infração a dignidade das pessoas em situação de rua. **UNISANTA - Law and Social Science**. Santa Cecília. v.4, n.1, p. 49-65, 2015.

SANTANA, Marcos Vinícius Oliveira. As pessoas em situação de rua e a bio-necropolítica como política de estado. **Revista A Poena**. Belém, v. 2, n.4, p. 213-227, 2020.

SANTOS, Gilmar Trindade dos. **Políticas públicas para a população em situação de rua**. 44f. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social). Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. Brasília: ENAP, 2011.

SANTOS, Bianca Corrêa dos. **Experiências de violência de mulheres em situação de rua: um estudo de casos múltiplos**. 2023. 41f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia). Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos, 2023.

SANTOS, Stéfano da Paixão; VIEIRA, Sidney Gonçalves. Patrimônio e os invisíveis: a política de preservação do centro histórico de Belém (PA) e a população em situação de rua. *In: 9ª Semana Integrada UFPEL 2023 – XXV ENPÓS – Encontro de Pós-graduação*. p. 1-4.

SANTOS, Jorge Fabricio dos; ARAÚJO, Leonaldo Pantoja; GAUDÊNCIO, Itamar Rogério Pereira; BAIÁ, Moisés Batista Campos. Um olhar sobre a população em situação de rua da cidade de Belém/PA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v. 10, n. 11, p. 5213-5232, nov., 2024.

SILVA, Ivaldo Andrade da. **Políticas públicas para a população em situação de rua no Rio de Janeiro**. 2023. 58 f. Dissertação (Mestrado em Profissional em Bens Culturais e |Projetos Sociais). Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro, 2023.

SOUZA, Márcia Rebeca Rocha de; OLIVEIRA, Jeane Freitas de; CHAGAS, Mariana Cavalcante Guedes, CARVALHO, Evanilda Souza de Santana. Gênero, violência e viver na rua: vivências de mulheres que fazem uso problemático de drogas. Gênero, violência e viver na rua: vivências de mulheres que fazem uso problemático de drogas. **Revista Gaúcha Enfermagem**. v. 37, n. 3, e59876, p. 1-9, set., 2016.

VALENCIO, Norma; PAVAN, Beatriz Janine Ribeiro; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor. **Pessoas em situação de rua no Brasil: estigmatização, desfiliação e desterritorialização**. *In: VALENCIO, Norma (Org.)*. Sociologia dos desastres construção, interfaces e perspectivas no Brasil. V. II. São Carlos: RIMA, 2010.